

S.A. “O ESTADO DE S.PAULO”

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

S.A. “O ESTADO DE S.PAULO”

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
S.A. “O Estado de S. Paulo”
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da S.A. “O Estado de S. Paulo” (“Companhia”), identificadas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da S.A. “O Estado de S. Paulo” em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos registrados pela Companhia, totalizava R\$ 87.832 mil, consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis consolidadas, juntamente com a informação de que a Administração da Companhia considera que essa estimativa envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação ao reconhecimento contábil desses ativos e suas futuras realizações.

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 (a), a Companhia é parte envolvida em diversos processos tributários, cíveis e lei de imprensa e trabalhistas que totalizam R\$ 23.094 mil, avaliadas como perda provável. Focamos nesse assunto devido à relevância dos montantes envolvidos, do grau de julgamento envolvido por parte da Administração e seus consultores jurídicos na determinação se uma provisão deve ser registrada, além da complexidade e quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida. Adicionalmente, há o risco de que mudanças na avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários não sejam identificadas de forma tempestiva e, conseqüentemente, não sejam refletidas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração;
- A consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações na Nota Explicativa nº 11, são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos sobre as contingências avaliadas como perda provável;
- Adicionalmente, enviamos cartas de confirmação aos consultores jurídicos externos e comparamos as posições por eles informadas sobre as avaliações da possibilidade de perda destas causas com as posições informadas pela Administração;
- Adicionalmente, avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, consideramos aceitáveis as provisões registradas bem como as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia efetuará a elaboração das demonstrações contábeis individuais separadamente, para fins de adequabilidade em relação à exigência do artigo 275 da Lei nº 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

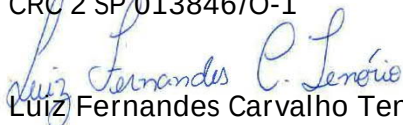
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1



Luiz Fernandes Carvalho Tenório

Contador CRC 1 SP 264072/O-9

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Balanços patrimoniais consolidados
 Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6</u>	9.364	26.923	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	17.370	12.522
Contas a receber	<u>8</u>	36.383	24.476	Debêntures	<u>15</u>	10.273	2.874
Estoques	<u>9</u>	7.444	6.345	Fornecedores	<u>16</u>	45.064	27.153
Partes relacionadas	<u>19</u>	1.060	1.347	Obrigações trabalhistas	<u>17</u>	23.046	23.003
Impostos a recuperar	<u>10</u>	733	1.295	Contas a pagar e outros		3.215	5.748
Despesas e comissões antecipadas		1.972	2.405	Adiantamentos de clientes	<u>21</u>	23.287	17.236
Outras contas a receber		520	1.163	Partes relacionadas	<u>19</u>	71.331	63.688
Total circulante		<u>57.476</u>	<u>63.954</u>	Obrigações pós emprego	<u>23(b)</u>	2.064	2.117
				Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	1.671	11
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.534	8.746
				Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	18.370	16.202
				Total circulante		<u>217.225</u>	<u>179.300</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	<u>19</u>	2.458	1.600	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	-	7.425
Depósitos judiciais	<u>20(d)</u>	10.820	14.367	Debêntures	<u>15</u>	14.877	28.409
Impostos a recuperar	<u>10</u>	6.085	6.010	Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	4.724	5.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11</u>	87.832	80.502	Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	5.289	-
Outras contas a receber		2.597	551	Obrigações pós emprego	<u>23(b)</u>	9.513	11.657
		<u>109.792</u>	<u>103.030</u>	Outras provisões e obrigações		7.238	6.393
				Total não circulante		<u>41.641</u>	<u>59.274</u>
				Total do passivo		<u>258.866</u>	<u>238.574</u>
Investimentos		1.700	2.513	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	<u>12</u>	23.088	23.045	Capital social	<u>22</u>	39.282	39.282
Intangível	<u>13</u>	10.388	11.617	Prejuízos acumulados		(96.386)	(73.763)
Total não circulante		<u>144.968</u>	<u>140.205</u>	Outros resultados abrangentes	<u>23(b)</u>	682	66
				Total do patrimônio líquido		<u>(56.422)</u>	<u>(34.415)</u>
Total do ativo		<u>202.444</u>	<u>204.159</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>202.444</u>	<u>204.159</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
Demonstração do resultado consolidada
Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	<u>24</u>	340.532	310.272
Custos das vendas e serviços prestados	<u>25</u>	<u>(158.979)</u>	<u>(148.619)</u>
Lucro bruto		<u>181.553</u>	<u>161.653</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Vendas	<u>25</u>	(144.424)	(141.994)
Administrativas	<u>25</u>	(55.877)	(48.487)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>25</u>	<u>(2.109)</u>	<u>31.026</u>
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		<u>(20.857)</u>	<u>2.198</u>
Receitas financeiras	<u>26</u>	843	793
Despesas financeiras	<u>26</u>	(9.817)	(10.208)
Variações cambiais	<u>26</u>	<u>(340)</u>	<u>(2.476)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(9.314)</u>	<u>(11.891)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(30.171)</u>	<u>(9.693)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>11(a)</u>	(100)	(7.210)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>11(a)</u>	<u>7.648</u>	<u>10.511</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(22.623)</u></u>	<u><u>(6.392)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
 Demonstração do resultado abrangente consolidada
 Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício		<u>(22.623)</u>	<u>(6.392)</u>
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:			
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos	<u>23(b)</u>	<u>616</u>	<u>(252)</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		<u><u>(22.007)</u></u>	<u><u>(6.644)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro
Em milhares de reais

			Reservas de lucros			
	Notas	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		24.178	4.836	346	(72.235)	(42.875)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.392)	(6.392)
Perda atuarial	23(b)	-	-	(252)	-	(252)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	(252)	(6.392)	(6.644)
Aumento de capital		15.104	-	-	-	15.104
Destinação para prejuízos acumulados		-	-	(28)	28	-
Em 31 de dezembro de 2020		39.282	4.836	66	(78.599)	(34.415)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(22.623)	(22.623)
Ganho atuarial	23(b)	-	-	616	-	616
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	616	(22.623)	(22.007)
Em 31 de dezembro de 2021		39.282	4.836	682	(101.222)	(56.422)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S.Paulo"
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(22.623)	(6.392)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	8.208	10.456
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	5.102	7.090
Variações monetárias de contingências	754	511
Juros e variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	1.746	1
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	939	1.341
Receitas de permutas	(11.611)	(7.462)
Despesas de permutas	3.904	6.198
Valor residual do ativo imobilizado baixado	4.464	1.750
Participação no resultado de joint venture	1.657	2.537
Provisão para contingências	4.093	5.925
Imposto de renda e contribuição corrente e diferido	(7.548)	(3.301)
Outras obrigações	811	880
	12.519	25.926
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.235)	6.364
Estoques	(1.099)	127
Impostos a recuperar	487	3.653
Despesas e comissões antecipadas	1.253	(1.110)
Outras contas a receber	643	90
Partes relacionadas	7.072	25.857
Depósitos judiciais	3.547	4.411
Fornecedores	8.755	(5.161)
Obrigações trabalhistas	43	1.623
Adiantamentos de clientes	6.051	(20.629)
Contingências	(3.345)	(2.490)
Outras contas a pagar	(5.164)	(405)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.994)	(3.093)
	14.014	9.237
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.910	28.771
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	(6.234)	(6.414)
Integralização de capital	-	15.104
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(6.234)	8.690
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e debêntures	19.492	40.170
Amortização de empréstimos e debêntures	(33.304)	(67.638)
Programa de parcelamento fiscal	(1.423)	(64)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(15.235)	(27.532)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(17.559)	9.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.923	16.994
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.364	26.923
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(17.559)	9.929

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto operacional

A S.A. "O Estado de S.Paulo" (a "Companhia") e suas controladas, Rádio Eldorado Ltda., OESP Mídia e Transportes S.A. e as controladas em conjunto App Media S.A. e S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (conjuntamente, "o Grupo"), atuam em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e no provimento de serviços de informações.

A S.A. "O Estado de S.Paulo" foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal "O Estado de S.Paulo", bem como o site estadao.com.br.

A OESP Mídia e Transportes S.A. ("OESP Mídia"), constituída em 1989, tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos, a arrecadação de direitos autorais, serviços de internet e serviços de transportes.

A Rádio Eldorado Ltda. ("Rádio"), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A App Media S.A. ("APP"), adquirida em junho de 2015 pela Companhia, tem como objeto social a criação, o planejamento e a produção de serviços de marketing em aparelhos de comunicação móvel.

A S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("SPDL") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

1.1. Continuidade operacional

Em 2021 o Grupo deu continuidade ao seu projeto de transformação digital, chamado de Estadão 3.0, que levou a uma ampla revisão do processo de produção e entrega de conteúdo que passa a ser prioritariamente centrado no leitor, levando a uma experiência diferenciada no consumo de notícias nas mais variadas plataformas do Grupo.

Em função das transformações em andamento e dos investimentos necessários os resultados têm apresentado ainda prejuízos, porém durante o ano foram implementadas iniciativas que anualizadas geram economias de R\$ 35.649. Há projeção de retomada do crescimento no curto e médio prazo com recuperação da rentabilidade dos produtos atuais, crescimento exponencial em algumas unidades geradoras de receita e também através do desenvolvimento de novos produtos voltados para o mercado digital.

A Administração do Grupo tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional do Grupo e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

1.2. Gestão da pandemia – Covid19

O Grupo, ciente da gravidade e dos efeitos da pandemia do Coronavírus, mediante confirmação da chegada do vírus ao país, organizou a partir de março/20 grupos de trabalho em diversos níveis para propor e implementar ações preventivas em três vertentes: pessoas, operações e fluxo de caixa.

Objetivando a proteção de seu pessoal, foram criadas medidas e protocolos para preservação da saúde de seus funcionários e colaboradores, como o afastamento imediato ou colocação de pessoas em sistema de trabalho home office, distribuição de equipamentos e material de proteção, incremento de protocolos de limpeza e higienização, criação de canais de informação e criação de protocolos específicos para infectados ou pessoas que tiverem contato com possíveis infectados (quarentena de 14 dias).

Operacionalmente, todas as atividades das empresas do Grupo estão em pleno funcionamento, com adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos. 90% das equipes estão em home office desde a segunda quinzena de março, e nas instalações da empresa funcionam apenas as atividades gráficas e parte da operação da Rádio.

No viés financeiro, em 2021 o Grupo retoma o mesmo nível de receita pré pandemia e ainda captura ganhos em determinadas linhas de despesas em função do trabalho remoto.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade para a preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por meio de resoluções por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022.

2.2. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno de variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto (joint venture)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em joint venture são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Empresas incluídas as demonstrações contábeis consolidadas

As empresas incluídas nessa demonstração contábil estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	Domicílio	Participação no consolidado - % (direta e indireta)
S.A. "O Estado de S.Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100
OESP Mídia e Transportes S.A.	Direitos autorais, publicidade, internet e transportes	Brasil	100
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiofusão, sons e imagens	Brasil	100
APP Media S.A.	Serviço de marketing em dispositivos móveis	Brasil	45(i)
São Paulo Distribuição e Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50(i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Novas normas, alterações e interpretações

As emissões/alterações de normas CPCs e NBC TGS efetuadas pelo CFC que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e serão traduzidas posteriormente para adequar os CPCs, conforme apresentado a seguir:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante;
- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020. Efetua alterações nas normas IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41;
- Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso.
- Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato;
- Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual;
- Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis;
- Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis;
- Alteração da norma IFRS 16 – Arrendamentos; e
- Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação;

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (moeda funcional).

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1. Instrumentos financeiros - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

(b) Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, consequentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3. Impairment de ativos financeiros –ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhora na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e serviços de internet no decurso normal das atividades das empresas da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	25
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	7
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10. Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares, sistemas ou portais (sites), que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software ou sistema para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software ou sistema e usá-lo ou vendê-lo.
- O software ou sistema pode ser vendido ou usado.

- Pode-se demonstrar que é provável que o software ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software ou sistema.
- O gasto atribuível ao software ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (impairment) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais ativos (imóveis, rotativos e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requerem nenhum tipo de ajuste.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

2.16. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria-contribuição definida

As empresas da Companhia participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria -benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.17. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais. Se a Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos.

(b) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.4. Fatores de risco financeiro

A Companhia gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas da Companhia é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal é denominado em dólar norte-americano e em alguns casos em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2021	2020
Ativos em moeda estrangeira	2.289	-
Passivos em moeda estrangeira	3.994	4.397

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de commodities

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados commodities. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa commodity não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os ratings divulgados ao mercado (Nota 7).

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações contábeis.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	32.520	17.087	-
Fornecedores e contas a pagar	48.279	-	-
	<u>80.799</u>	<u>17.087</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.905	18.727	21.167
Fornecedores e contas a pagar	32.901	-	-
	<u>51.806</u>	<u>18.727</u>	<u>21.167</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

4.5. Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações da Companhia.

Dívidas e aplicações	Premissas	Cenários			
		Aumento		Redução	
		25%	50%	25%	50%
Clientes	USD de 31 de dezembro de 2021 - R\$ 5,5805	378	755	(378)	(755)
Fornecedores	USD de 31 de dezembro de 2021 - R\$ 5,5805	(659)	(1.318)	659	1.318
Financiamento de importação	USD de 31 de dezembro de 2021 - R\$ 5,5805	(431)	(862)	431	862
Debêntures	CDI em 31 de dezembro de 2021 - 9,15	(400)	(797)	403	809
Total do impacto estimado no resultado		<u>(1.112)</u>	<u>(2.222)</u>	<u>1.115</u>	<u>2.234</u>

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

(a) Alavancagem financeira

	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	42.520	51.230
Menos - caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.364)</u>	<u>(26.923)</u>
Dívida líquida	<u>33.156</u>	<u>24.307</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.364	26.923
Contas a receber	36.383	24.476
	<u>45.747</u>	<u>51.399</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	42.520	51.108
Fornecedores e contas a pagar	48.279	32.901
	<u>90.799</u>	<u>84.009</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Operações com derivativos	-	122
	<u>-</u>	<u>122</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	9.364	25.462
Aplicações financeiras	-	1.461
	<u>9.364</u>	<u>26.923</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2021	2020
Conta-corrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	7.041	25.991
A+ (bra)	1.898	508
AA (bra)	407	202
AA	1	5
Caixa	17	217
	<u>9.364</u>	<u>26.923</u>

8. Contas a receber

	2021	2020
Contas a receber de clientes	48.423	39.844
(-) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(12.040)	(15.368)
Parcela circulante	<u>36.383</u>	<u>24.476</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	25.742	17.337
Até três meses vencidos	6.946	2.254
Acima de três meses vencidos	15.735	20.253
	<u>48.423</u>	<u>39.844</u>

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	15.368	14.158
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	939	1.341
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(4.267)	(131)
Em 31 de dezembro	<u>12.040</u>	<u>15.368</u>

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9. Estoques

	2021	2020
Matérias-primas	5.885	5.432
Importação em trânsito	1.143	487
Outros materiais	416	426
	<u>7.444</u>	<u>6.345</u>

10. Impostos a recuperar

	2021	2020
IRPJ e CSLL - antecipações	51	-
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	3.609	4.179
PIS e COFINS	1.226	1.178
INSS	484	500
IPI e outros	1.448	1.448
	<u>6.818</u>	<u>7.305</u>
Parcela não circulante	<u>6.085</u>	<u>6.010</u>
Parcela circulante	<u>733</u>	<u>1.295</u>

11. Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

Em 31 de dezembro de 2021, as empresas OESP Mídia e Transportes S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$ 25.655 (2020 - R\$ 31.719). Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(30.171)	(9.693)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	10.258	3.296
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Equivalência patrimonial	(2.421)	5.873
Diferenças permanentes	(289)	(5.868)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	7.548	3.301
Corrente	(100)	(7.210)
Diferido	7.648	10.511
	7.548	3.301
Taxa efetiva - %	25	34

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2021	2020
Prejuízos fiscais de imposto de renda	43.279	38.616
Bases negativas de contribuição social	21.508	19.829
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	8.103	7.579
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	5.233	5.852
Outras provisões temporárias	9.709	8.626
	<u>87.832</u>	<u>80.502</u>

(c) Movimentação dos impostos diferidos

	2021	2020
Em 1º de janeiro	80.502	69.861
Efeito nas variações:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	6.342	10.946
Variação diferenças temporárias	988	(305)
Em 31 de dezembro	<u>87.832</u>	<u>80.502</u>

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

	2021	2020
2022		1.648
2023		7.912
2024	1.183	11.869
2025	3.970	16.390
2026	7.375	20.422
2027	10.997	19.288
2028	15.427	2.973
2029	21.124	
2030	27.756	
	<u>87.832</u>	<u>80.502</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em operação	Obras em andamento (**)	Total do imobilizado
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	40	1.463	915	19.755	1.634	640	24.447	1.685	26.132
Aquisição	-	94	366	1.100	1.900	2	3.462	1.719	5.181
Baixas	-	-	-	-	(1.750)	-	(1.750)	-	(1.750)
Transferências (*)	-	-	-	(8)	-	8	-	(1.434)	(1.434)
Depreciação	-	(69)	(411)	(3.649)	(813)	(142)	(5.084)	-	(5.084)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	40	1.488	870	17.198	971	508	21.075	1.970	23.045
Custo total	40	1.968	87.896	220.419	4.466	12.271	327.060	1.970	329.030
Depreciação acumulada	-	(480)	(87.026)	(203.221)	(3.495)	(11.763)	(305.985)	-	(305.985)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	40	1.488	870	17.198	971	508	21.075	1.970	23.045
Aquisição	-	-	888	1.041	3.242	55	5.226	5.090	10.316
Baixas	-	(815)	(3)	(1)	(3.645)	-	(4.464)	-	(4.464)
Transferências (*)	-	-	-	497	-	-	497	(1.787)	(1.290)
Depreciação	-	(41)	(413)	(3.525)	(425)	(115)	(4.519)	-	(4.519)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	40	632	1.342	15.210	143	448	17.815	5.273	23.088
Custo total	40	1.088	88.782	221.956	2.423	12.326	326.615	5.273	331.888
Depreciação acumulada	-	(456)	(87.440)	(206.746)	(2.280)	(11.878)	(308.800)	-	(308.800)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	40	632	1.342	15.210	143	448	17.815	5.273	23.088

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível.

(**) As Obras em andamento correspondem a projetos ainda em fase de execução.

13. Intangível

	Marcas, patentes e outros	Softwares	Desenvolvimento e implementação de sistemas	Desenvolvimento e implementação de portais (sites)	Total do intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188	506	7.532	996	10.222
Aquisição			964	269	1.233
Transferências (*)	4.100		992	442	5.534
Amortização	(156)	(50)	(4.211)	(955)	(5.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.132	456	5.277	752	11.617
Custo total	5.450	4.604	49.895	22.371	82.320
Amortização acumulada	(318)	(4.148)	(44.618)	(21.619)	(70.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.132	456	5.277	752	11.617
Aquisição	-	-	1.020	150	1.170
Transferências (*)	-	(404)	552	1.142	1.290
Amortização	(128)	(36)	(3.023)	(502)	(3.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.004	16	3.826	1.542	10.388
Custo total	5.450	3.021	53.746	22.571	84.788
Amortização acumulada	(446)	(3.005)	(49.920)	(21.029)	(74.400)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	5.004	16	3.826	1.542	10.388

(*) Transferências do ativo imobilizado e circulante para o intangível

14. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	2021	2020
Exterior				
Financiamento de importação	US\$	4,9 a 5,5	2.650	2.510
Nacionais				
Financiamento de importação		7,44	-	1.734
Capital de giro	CDI	3,3 e 5,83	-	4.063
Capital de giro	Taxa pré-fixada	9,8 a 16,21	9.629	-
Cessão de recebíveis		4,18	5.091	11.640
			14.720	17.437
			17.370	19.947
	Circulante		17.370	12.522
	Não Circulante		-	7.425

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro de 2021:

	2021		2020	
Vencimento das parcelas do não circulante	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2022	-	0%	4.243	57%
2023	-	0%	3.182	43%
	-	0%	7.425	100%

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	19.947	22.800
Captação	19.492	40.170
Amortização	(24.344)	(46.408)
Juros e variações monetárias e cambiais	2.275	3.385
Saldo no fim do exercício	17.370	19.947

15. Debêntures

	2021	2020
Em 1º de janeiro	31.283	48.808
Amortização	(8.960)	(21.230)
Juros	2.827	3.705
	<u>25.150</u>	<u>31.283</u>
Circulante	10.273	2.874
Não circulante	14.877	28.409

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro:

Vencimento das parcelas do não circulante	2021		2020	
	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2022	-	-	11.548	41
2023	14.877	100	16.861	59
	<u>14.877</u>	<u>100</u>	<u>28.409</u>	<u>100</u>

Terceira e quarta emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. "O Estado de S.Paulo", na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 2,98% ao ano até junho de 2014 e posterior juros de 2,2% ao ano, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês de junho de 2017. Em 2016, houve aditamento ao contrato em que alterou o fluxo de pagamento das amortizações e juros, com vencimento final para junho de 2022, elevou a remuneração de 2,2% ao ano, para 4,11% ao ano, constituiu nova garantidora a OESP Empreendimentos e Participações S.A, e estabeleceu novas necessidades de cumprimento de certos índices financeiros (covenants).

Em janeiro de 2018, a S.A. "O Estado de S. Paulo" realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$ 69.600, destinada à quitação antecipada da 3ª (terceira) emissão e ao reforço de seu capital de giro.

Em 2020 foi feito o primeiro aditamento da 4ª emissão onde foi alterado principalmente o fluxo de pagamentos, definidas regras para pagamentos intermediários, dispensa do cumprimento dos covenants para o ano de 2020 e a remuneração passou a ser de 3,75% a.a.

Em 2021 foi feito o segundo aditamento da 4ª emissão onde foi alterado principalmente o fluxo de pagamentos, em razão de amortizações extraordinárias (cash sweep) feitas em abril de 2021. Exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no âmbito da 4ª emissão de debêntures, foi concedido "waiver" prévio (desobrigação) ao atingimento dos índices financeiros (covenants) previstos em contrato, sem acarretar o vencimento antecipado do saldo em aberto.

Garantias - Quarta emissão

OESP Mídia e Transportes S.A. e Agência Estado S.A., na qualidade de intervenientes garantidoras da liquidação das debêntures, obrigam-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

Hipoteca - a S.A. "O Estado de S.Paulo" constitui uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis da Oesp Empreendimentos e Participações S.A., localizados na Avenida Professor Celestino Bourroul, 100 e na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55. Em 2020 os imóveis passam de hipoteca para alienação fiduciária.

16. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	43.720	25.248
Fornecedores estrangeiros	1.344	1.905
	<u>45.064</u>	<u>27.153</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS a recolher	1.560	1.436
FGTS a recolher	968	941
Provisão de férias e encargos	12.341	13.144
IRRF	2.627	2.722
Outras obrigações trabalhistas	5.550	4.760
	<u>23.046</u>	<u>23.003</u>

18. Programa de parcelamento fiscal

Segue abaixo a movimentação de parcelamento fiscal dos dois últimos exercícios:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em 1º de janeiro	11	74
Adesão	6.626	
Juros e atualização monetária	1.746	1
Pagamentos efetuados	(1.423)	(64)
Em 31 de dezembro	<u>6.960</u>	<u>11</u>
Circulante	<u>1.671</u>	<u>11</u>
Não circulante	<u>5.289</u>	<u>-</u>

19. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas referem-se principalmente à venda de anúncios, a prestações de serviços e remessas de numerário.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Natureza	2021	2020
Ativo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	1.052	1.347
APP Media S.A.	Prestação de serviços	8	-
		<u>1.060</u>	<u>1.347</u>
Ativo não circulante			
APP Media S.A.	Mútuo	2.458	1.600
		<u>2.458</u>	<u>1.600</u>
Passivo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	56.227	48.451
OESP Empreendimentos e Participações S.A.	Remessa de numerário	15.104	15.104
APP Media S.A.	Prestação de serviços	-	133
		<u>71.331</u>	<u>63.688</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia totalizaram R\$ 2.047 em 2021 (2020- R\$ 3.186).

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário) e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) no programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 23). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

20. Provisão para contingências - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2021			2020		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Cíveis e lei de imprensa	(2.259)	3.811	1.552	(2.259)	3.606	1.347
Trabalhistas	(8.105)	29.647	21.542	(8.432)	28.677	20.245
	<u>(10.364)</u>	<u>33.458</u>	<u>23.094</u>	<u>(10.691)</u>	<u>32.283</u>	<u>21.592</u>
Parcela circulante	<u>(9.830)</u>	<u>28.200</u>	<u>18.370</u>	<u>(9.241)</u>	<u>25.443</u>	<u>16.202</u>
Parcela não circulante	<u>(534)</u>	<u>5.258</u>	<u>4.724</u>	<u>(1.450)</u>	<u>6.840</u>	<u>5.390</u>

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total de depósito judicial atualizado é de R\$ 22.564 (2020 - R\$ 25.058).

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	2021	2020
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	3.606	3.595
Adições	205	11
Em 31 de dezembro	<u>3.811</u>	<u>3.606</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	28.677	25.162
Adições	970	3.515
Em 31 de dezembro	<u>29.647</u>	<u>28.677</u>

(i) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(ii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 117.974 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 128.443), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado, referem-se a:

- Processos cíveis referentes a terceirização x franqueados - R\$ 42.992;
- A Receita Federal não localizou pagamentos informados na DCTF e gerou auto de infração. Os DARFS não localizados pela fiscalização estavam devidamente recolhidos e localizados pela empresa, a qual retificou a DCTF e apresentou impugnação - R\$ 28.688;
- Auto de infração na S.A visando a cobrança de ICMS sobre a publicidade veiculada no jornal online - R\$ 13.278;
- Auto de infração de ICMS lavrado na Oesp Mídia, sob a alegação de que a empresa deixou de recolher ICMS no período de janeiro a dezembro/2013, referente a publicação de publicidade no portal ILOCAL - R\$ 10.942;
- ISSQN não recolhido no prazo regulamentar (serviços considerados indevidamente como imunes) - R\$ 4.766;

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

21. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 23.287 em 2021 (2020 - R\$ 17.236), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujos exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade.

22. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia é composto de 1.148.284 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

23. Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

A Companhia, como co-patrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu com R\$ 89 em 2021 (2020- R\$ 73).

(b) Benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado pro rata sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

Valor presente das obrigações pós-emprego	2021	2020
Acionistas	7.559	8.566
Ex-empregados	4.018	5.208
Total	11.577	13.774
(-) Parcela do circulante	2.064	2.117
Parcela não circulante	9.513	11.657

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tabela AT-2000 básica e considera a taxa de desconto de 8,45% a.a. e taxa de inflação de 3,25% a.a.

	2021	2020
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	811	880
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	934	(382)
Efeito tributário	(318)	130
Ganho (perda) atuarial, líquida de imposto	616	(252)
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	682	66

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	13.774	14.678
Custo financeiro	811	880
Remensurações atuariais	(934)	382
Benefícios pagos	(2.074)	(2.166)
Em 31 de dezembro	11.577	13.774

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Percentual	
	2021	2020
Taxa de desconto	8,45	6,38
Taxa de inflação	3,25	3,25
Aumentos salariais futuros	3,25	3,25
Aumentos de planos de pensão futuros	3,25	3,25

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	1%	476	(526)
Expectativa de vida	1 ano		

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

(i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão da Companhia são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação).

(ii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 4,78 anos.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1-2 anos</u>	<u>Entre 2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021					
Benefícios de aposentadoria	<u>2.065</u>	<u>1.920</u>	<u>4.837</u>	<u>5.099</u>	<u>13.921</u>

24. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	394.477	358.441
Deduções de vendas	<u>(53.945)</u>	<u>(48.169)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>340.532</u></u>	<u><u>310.272</u></u>

A Companhia não possui clientes significativos, que tenham superado o percentual de 10% do total da receita líquida no exercício de 2021.

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Custos e despesas por natureza

	2021					2020				
	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Matéria-prima	(38.692)	(16)	-	-	(38.708)	(33.887)	(35)	(1)	-	(33.923)
Despesas com pessoal	(72.734)	(41.462)	(24.969)	(270)	(139.435)	(69.795)	(37.338)	(27.513)	(603)	(135.249)
Serviços de terceiros	(19.388)	(15.928)	(18.878)	-	(54.194)	(20.220)	(16.811)	(8.367)	-	(45.398)
Despesas assistenciais	(802)	(327)	881	-	(248)	(1.191)	(889)	1.426	-	(654)
Promoção e propaganda	(311)	(22.613)	(1.648)	-	(24.572)	51	(18.107)	(312)	-	(18.368)
Promoção e propaganda - permuta	-	(2.767)	(173)	-	(2.940)	-	(3.120)	(2.606)	-	(5.726)
Depreciações e amortizações	(2.339)	(4.489)	(1.380)	-	(8.208)	(2.496)	(6.300)	(1.661)	-	(10.457)
Frete e carretos	(549)	(36.348)	(1)	-	(36.898)	(329)	(37.634)	-	-	(37.963)
Despesas com comissões e bonificações	-	(6.684)	(82)	-	(6.766)	(14)	(6.686)	(109)	-	(6.809)
Locação de veículos	(1.168)	(71)	(13)	-	(1.252)	(1.555)	(105)	(64)	-	(1.724)
Aluguéis de edifícios, máquinas e equipamentos	(2.593)	(83)	455	-	(2.221)	(2.304)	(178)	1.044	-	(1.438)
Viagens	(363)	(66)	(54)	-	(483)	(532)	(152)	(145)	-	(829)
Comunicações	(601)	(836)	(23)	-	(1.460)	(692)	(937)	(278)	-	(1.907)
Hardware e software	(890)	(2.260)	(3.152)	-	(6.302)	(833)	(1.942)	(2.571)	-	(5.346)
Despesas com utilidades (água, luz e gás)	(714)	(3)	(3.392)	-	(4.109)	(590)	(4)	(3.736)	-	(4.330)
Materiais	(352)	(323)	(303)	-	(978)	(346)	(265)	(311)	-	(922)
Receitas extraordinárias	-	-	-	971	971	-	-	-	301	301
Outras despesas e receitas	(17.483)	(9.394)	(3.145)	(2.810)	(32.832)	(13.886)	(10.882)	(2.764)	(3.167)	(30.699)
Venda de ativo (*)	-	-	-	-	-	-	-	(519)	34.495	33.976
Outras despesas - permuta	-	(754)	-	-	(754)	-	(609)	-	-	(609)
	<u>(158.979)</u>	<u>(144.424)</u>	<u>(55.877)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(361.389)</u>	<u>(148.619)</u>	<u>(141.994)</u>	<u>(48.487)</u>	<u>31.026</u>	<u>(308.074)</u>

(*) Resultado apurado antes do IRPJ e CSLL, líquido dos impostos totaliza 25.429.

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	146	49
Outras receitas financeiras	<u>697</u>	<u>744</u>
	<u>843</u>	<u>793</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.941)	(5.284)
Outras despesas financeiras	<u>(4.876)</u>	<u>(4.924)</u>
	<u>(9.817)</u>	<u>(10.208)</u>
Variações cambiais e monetárias		
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(145)	(1.771)
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos	<u>(195)</u>	<u>(705)</u>
	<u>(340)</u>	<u>(2.476)</u>
	<u>(9.314)</u>	<u>(11.891)</u>

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em 2021 no montante de R\$ 525.901 (2020-R\$ 517.651), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.
